

JAMES P. McGOVERN
SECOND DISTRICT, MASSACHUSETTS

RANKING MEMBER
COMMITTEE ON RULES

COMMITTEE ON AGRICULTURE

SENIOR DEMOCRATIC WHIP



Congress of the United States House of Representatives

370 CANNON HOUSE OFFICE BUILDING
WASHINGTON, DC 20515-2102
(202) 225-6101

12 EAST WORCESTER STREET, SUITE 1
WORCESTER, MA 01604
(508) 831-7356

94 PLEASANT STREET
NORTHAMPTON, MA 01060
(413) 341-8700

24 CHURCH STREET, ROOM 27
LEOMINSTER, MA 01453
(978) 466-3552

20 de agosto, 2025

Honorável Scott Bessent Secretary of Treasury
1500 Pennsylvania Avenue, NW, Washington,
D.C. 20220

Honorável Marco Rubio Secretary of State
2201 C Street, NW, Washington,
D.C. 20520

Caros Secretários Bessent e Rubio,

Como autor da Lei de Responsabilização do Estado de Direito Sergei Magnitsky de 2012 e coautor da Lei Global Magnitsky de Responsabilização pelos Direitos Humanos de 2016,¹ escrevo com grave preocupação sobre a imposição pelo Governo Trump de sanções Global Magnitsky (GloMag) contra o Ministro do Supremo Tribunal Federal brasileiro Alexandre de Moraes. O uso de sanções GloMag, neste caso, viola a intenção e propósito da Lei Global Magnitsky, minando assim sua integridade e a enfraquecendo como ferramenta de responsabilização por violações de direitos humanos.

A Lei Global Magnitsky foi concebida para responsabilizar indivíduos que cometem atos de corrupção e violações graves de direitos humanos.² Quando o Presidente Trump emitiu a Ordem Executiva 13818, que expandiu as autoridades da Lei, ele afirmou a importância de dissuadir abusos graves de direitos humanos e corrupção porque eles "...enfraquecem as instituições democráticas; [e] degradam o Estado de Direito...".³ É, portanto, vergonhoso que o Governo Trump tenha imposto sanções GloMag de maneira contrária ao seu propósito, minando os esforços do Judiciário brasileiro para defender as instituições democráticas e manter o Estado de Direito.

Em 2 de outubro de 2022, Luiz Inácio Lula da Silva derrotou Jair Bolsonaro em uma eleição na qual observadores eleitorais internacionais não encontraram evidências de fraude generalizada ou irregularidades.⁴ Em vez de aderir ao princípio democrático fundamental em que candidatos respeitam os resultados de eleições nas quais não são vitoriosos, em 8 de janeiro de 2023, partidários de Bolsonaro recorreram à violência para tentar reverter o resultado. Milhares convergiram para Brasília, invadiram os edifícios que abrigam os três poderes do governo e exigiram que os militares removessem o presidente democraticamente eleito e reinstalassem Bolsonaro.⁵ Os ataques foram amplamente condenados pelo Governo dos Estados Unidos e outras democracias, instituições multilaterais e organizações de direitos humanos.⁶ O fato de que os resultados legítimos das eleições de 2022 foram finalmente respeitados é um crédito à fortaleza das salvaguardas constitucionais do Brasil, à diplomacia do Governo dos Estados Unidos em apoio a uma transição democrática de poder e, acima de tudo, à fé do povo brasileiro na democracia.⁷

¹ [H.R. 4405](#) in the 112th Congress, [P.L. 112-208](#); [H.R. 624](#) in the 114th Congress, [P.L. 114-328](#).

² [22 U.S.C. §10102\(a\)\(1\)\(B\)](#)

³ E.O. 13818, "[Blocking the Property of Persons Involved in Serious Human Rights Abuse or Corruption](#)," 82 *Federal Register* 60839, 20 de dezembro, 2017.

⁴ Jeff Cercone e Amy Sherman, "[Tucker Carlson's Unfounded Claim that Brazil's Election Was Rigged](#)," *PolitiFact*, 12 de janeiro, 2023; Organização dos Estados Americanos, "[OAS Electoral Observation Mission Presents its Preliminary Report](#)," 1o de novembro, 2022.

⁵ Freedom House, "[Brazil](#)," *Freedom in the World 2025*, February 26, 2025; Diane Jeantet e Carla Bridi, "[Explainer: Bolsonaro knocks Brazil's voting system](#)," *The Associated Press*, 6 de setembro, 2022.

⁶ Comissão Interamericana de Direitos Humanos, "[IACHR Condemns Attacks on Brazil's Democratic Institutions](#)," 23 de janeiro, 2023; Tamara Taraciuk Broner,

"[Attack on Democratic Institutions in Brazil: Statement by Human Rights Watch](#)," 8 de janeiro, 2023; "[Joint Statement by President Joe Biden, President Andres](#)

[Manuel Lopez Obrador, and Prime Minister Justin Trudeau on Brazil](#)," 9 de janeiro, 2023.

⁷ Oliver Stuenkel, "[How U.S. Pressure Helped Save Brazil's Democracy](#)," *Foreign Policy*, 20 de fevereiro, 2024.

Após uma investigação de dois anos, a Polícia Federal do Brasil apresentou ao Procurador-Geral um relatório de 884 páginas que concluiu que Bolsonaro e seus cúmplices executaram um plano de vários anos para reverter as eleições de 2022. O plano envolveu esforços para minar a legitimidade do sistema eleitoral e convencer comandantes militares a apoiar um golpe durante o período de transição presidencial.⁸ Tendo considerado as evidências suficientemente convincentes, o Procurador-Geral emitiu acusações contra 34 autoridades, incluindo o ex-presidente Bolsonaro, por crimes de tentativa de abolição violenta do Estado democrático de direito e tentativa de golpe de Estado, entre outros.⁹ Seguindo a Constituição brasileira e o direito internacional, o Ministro Alexandre de Moraes é responsável por supervisionar o processo dos indivíduos acusados e garantir que seu direito a um julgamento justo seja respeitado.¹⁰

A alegação do Governo Trump de que o processo de indivíduos que tentaram um golpe constitui uma "caça às bruxas ilegal"¹¹ não é apenas falsa, mas um afronta ao eleitorado brasileiro e a todo o conceito de Estado de Direito. O Brasil construiu instituições democráticas robustas para prevenir um retorno aos horrores da ditadura militar de 1964-1985, durante a qual aproximadamente 20.000 pessoas foram torturadas e pelo menos 434 foram assassinadas ou desaparecidas.¹² Hoje, o Brasil fornece um exemplo para democracias ao redor do mundo ao demonstrar que a lei se aplica igualmente a todos, incluindo os mais poderosos. Dado o papel dos Estados Unidos no apoio ao golpe de 1964, é responsabilidade moral do nosso governo reforçar a democracia brasileira—não miná-la. Impor sanções GloMag àqueles que defendem o Estado de Direito demonstra desprezo descarado pelo espírito e letra da Lei Global Magnitsky e pelas normas democráticas em geral.

A eficácia das sanções Global Magnitsky depende de preservar sua integridade reservando seu uso para casos legítimos de violações de direitos humanos e corrupção. Organizações não governamentais que desempenharam papel fundamental em fornecer a base probatória para designações GloMag anteriores condenaram seu uso nesta instância.¹³ Quando o Governo Trump usa sanções GloMag para promover impunidade para aliados políticos em vez de promover responsabilização por violadores de direitos humanos, esse uso dá credibilidade às alegações de governos como os da China e Rússia¹⁴ que retratam GloMag como mera ferramenta de guerra política.

Como autor da Lei Magnitsky e coautor da Lei Global Magnitsky, exorto veementemente que revoguem as sanções GloMag impostas contra o Ministro Alexandre de Moraes. A aplicação inadequada do estatuto insulta a memória de Sergei Magnitsky e todas as outras vítimas genuínas de abusos de direitos humanos. Ao encobrir o clientelismo com a linguagem dos direitos humanos, o Governo Trump prejudica a credibilidade dos Estados Unidos e sua capacidade de promover direitos humanos no exterior.

Atenciosamente,



James P. McGovern
Membro do Congresso

⁸ Polícia Federal, "[Relatório N° 4546344/2024/2023.0050897-CGCINT/DIP/PF](#)," 21 de novembro, 2024.

⁹ Associated Press, "[Brazil's Bolsonaro Describes Coup Plot Trial as a 'Witch Hunt'](#)," *PBS News*, 15 de julho, 2025.

¹⁰ Constituição Federal de 1988, [Article 102](#); International Covenant on Civil and Political Rights, [Article 14](#).

¹¹ Departamento de Tesouro dos Estados Unidos, "[Treasury Sanctions Alexandre de Moraes](#)," *Comunicado de Imprensa*, 30 de julho, 2025.

¹² Human Rights Watch, "[Brazil: Bolsonaro Celebrates Brutal Dictatorship](#)," 27 de março, 2019.

¹³ Human Rights First, "[Human Rights First Deplores Use of GloMag Sanctions to Support Impunity for Political Allies](#)," 31 de julho, 2025.

¹⁴ Ben Brumfield e Elise Labott, "[Russia Lashes Out at U.S. Human Rights Blacklist](#)," CNN, 13 de abril, 2013.